

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Retificação

Retificação do Edital 117/2019, para Abertura de inscrições ao concurso público de títulos e provas visando o provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, publicado no Diário Oficial de 18 de dezembro de 2019, Poder Executivo, Seção I, pág. 253. Face à Portaria GR nº 7687/2021 de 23 de dezembro de 2021 que dispõe sobre o retorno às atividades presenciais na Universidade de São Paulo no contexto da pandemia de Covid19, o Diretor da Faculdade de Educação da USP, Prof. Dr. Marcos Garcia Neira, no uso de suas atribuições legais, em especial o §2º do Art. 5º da Portaria supracitada, RETIFICA o EDITAL FEUSP 117/2019, publicado no D.O.E. de 18/12/2019 que passa a incorporar a seguinte disposição: "§ 3º Nos termos do art. 5º da Portaria GR 7687/2021, é obrigatória a comprovação de vacinação contra a Covid-19 (esquema vacinal completo) e de eventuais doses de reforço em todas as atividades desenvolvidas nos campi da Universidade, ficando eliminados os candidatos que não atenderem a essa exigência por ocasião da realização de cada atividade presencial relativa ao presente certame."

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Edital FEUSP 03/2022

O Diretor da Faculdade de Educação da USP, no uso de suas atribuições legais, considerando a Circular GR/CIRC/228 de 24/9/2021, que dispõe sobre a retomada dos concursos para Professor Doutor e para Professor Titular, suspensos por força da Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, e da consequente Resolução USP nº 7.955, de 05/06/2020, e após decisão da Congregação da FEUSP, na sessão ordinária 537ª, realizada em 28/10/2021, comunica a reabertura das inscrições pelo prazo de 30 (trinta) dias, com início às 9 horas (horário de Brasília) do dia 04/01/2022 e término às 17 horas (horário de Brasília) do dia 02/02/2022, do concurso público de títulos e provas para provimento de cargo de Professor Doutor do Edital FEUSP 117/2019 do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação, publicado no D.O.E de 18/12/2019.

Durante o período mencionado serão permitidas novas inscrições e/ou seus cancelamentos, bem como a atualização das documentações e arquivos dos candidatos já inscritos que deverão ser realizadas pelos interessados por meio do link <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao>.

Ficam mantidas todas as demais condições estabelecidas nos referidos editais.

Esclarecimentos poderão ser solicitados via e-mail à Assistência Técnica Acadêmica da FE: atacf@usp.br

RESOLUÇÃO Nº 7955, DE 5 DE JUNHO DE 2020

Define procedimentos para a realização de concurso público para a outorga do título de Livre Docente durante o período de prevenção de contágio pela COVID-19 (Novo Coronavírus), suspende a realização de concursos públicos para o provimento de cargos efetivos e suspende temporariamente a aplicação de dispositivos do Regimento Geral da Universidade de São Paulo. O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art 42, IX, do Estatuto, tendo em vista a aprovação “ad referendum” do Conselho Universitário, em 5 de junho de 2020, e considerando:

- a declaração de pandemia da COVID-19 (Novo Coronavírus) pela OMS em 11 de março de 2020,
 - os Decretos Estaduais nºs 64.862, de 13 de março de 2020; 64.864, de 16 de março de 2020; 64.879, de 20 de março de 2020; 64.881, de 22 de março de 2020; 64.920, de 06 de abril de 2020; 64.946, de 17 de abril de 2020; 64.949, de 23 de abril de 2020; 64.953, de 27 de abril de 2020; 64.967, de 08 de maio de 2020; 64.975, de 13 de maio de 2020; e 64.994, de 28 de maio de 2020,
 - a necessidade de adoção de medidas adicionais, de caráter temporário e emergencial, de prevenção de contágio pela COVID-19 (Novo Coronavírus), e
 - a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020,
- baixa a seguinte

RESOLUÇÃO

(...)

Artigo 4º – Fica suspensa de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021 a realização de concursos públicos para o provimento dos cargos de Professor Doutor e de Professor Titular.

(...)

Artigo 5º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Link para o texto completo: <http://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-7955-de-5-de-junho-de-2020>

artigo 165, III do Regimento Geral da Universidade de São Paulo (alterado pela Resolução 7405/2017);

c) memorial circunstanciado e comprovação dos trabalhos publicados, das atividades realizadas pertinentes ao concurso e das demais informações que permitam avaliação de seus méritos, em formato digital, sendo que o material que não puder ser digitalizado deverá ser apresentado até o último dia que antecede o início do concurso. No memorial deverá ser salientado o conjunto de atividades didáticas e as contribuições para o ensino, nos termos do artigo 165, I, IV e parágrafo único do Regimento Geral da Universidade de São Paulo (alterado pela Resolução 7332/2017). Do memorial deve constar a indicação dos títulos obtidos, os trabalhos e demais atividades realizadas após a obtenção do título de doutor;

d) prova de quitação com o serviço militar;

e) título de eleitor;

f) comprovante de votação da última eleição, 1º e 2º turnos;

g) recibo da Tesouraria da Faculdade, referente ao pagamento da taxa de inscrição, nos termos da PORTARIA INTERNA FDRP Nº 17, de 30 de agosto de 2013.

3. Os docentes em exercício na Universidade de São Paulo serão dispensados das exigências referidas nas letras "d", "e" e "f", desde que as tenham cumprido por ocasião do seu contrato.

4. Os candidatos estrangeiros serão dispensados das exigências referidas nas letras "d", "e" e "f".

5. As inscrições serão julgadas pela Congregação, em seu aspecto formal, publicando-se a decisão no Diário Oficial, devendo o concurso ser realizado no prazo máximo de cento e vinte dias, a contar da mencionada publicação, nos termos do artigo 166 e parágrafo único do Regimento Geral da Universidade de São Paulo (alterado pela Resolução 4320/1996).

6. O concurso consistirá das seguintes provas:

a) prova escrita sobre assunto de ordem geral e doutrinária pertinente ao programa adiante referido; esta prova será realizada de acordo com o disposto no artigo 139 e parágrafo único do Regimento Geral da Universidade de São Paulo (peso 2);

b) defesa de tese (peso 3);

c) julgamento do memorial, com prova pública de arguição, a ser realizada em consonância com o art. 171 e parágrafos do Regimento Geral da Universidade de São Paulo (peso 2);

d) prova de avaliação didática, consistente em aula, a nível de pós-graduação, sobre assunto contido no programa adiante referido, a ser realizada em consonância com os arts. 137 e 172 do Regimento Geral da Universidade de São Paulo, bem como os parágrafos 1º e 2º do art. 47 do Regimento da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (peso 3).

7. O programa que servirá de base às provas do concurso é o seguinte:

ÁREA: DIREITO DO CONSUMIDOR

1. Aspectos gerais de pessoa jurídica. Desconsideração da personalidade jurídica e direito do consumidor. 2. Negócio jurídico. Noções Gerais e classificação. 3. Ato ilícito. Responsabilidade objetiva e subjetiva. 4. Abuso de direito. 5. Classificação das obrigações. 6. Enriquecimento sem causa. 7. Princípios do direito contratual. 8. Compra e venda. 9. Alienação fiduciária em garantia. 10. Direito do consumidor e direito do consumo. 11. Relação jurídica e relação econômica de consumo. 12. Responsabilidade civil nas relações de consumo. 13. Prescrição e decadência nas relações de consumo. 14. A noção de contrato de consumo. 15. Contrato de adesão e sua disciplina no CDC. 16. Cláusulas abusivas no direito do consumidor. 17. Comércio eletrônico. 19. Contratos. Equilíbrio contratual e direito do consumidor. 20. Formas publicitárias e direito do consumidor. 21. Direito do consumidor e teoria dos sistemas. Microsistemas: exposição e crítica. 22. Aplicação do CDC ao serviço público. 23. Tutela do consumidor em juízo. 24. Situações jurídicas metaindividuais no contexto do direito do consumidor: individuais homogêneas, coletivas e difusas. 25. Comportamentos socialmente típicos e direito do consumidor. 26. Relações de financiamento a consumo. 27. Relações de saúde e consumo. 28. Situações jurídicas securitárias e direito do consumidor. 29. Contratos turísticos e direito do consumidor. 30. Cartão de crédito no âmbito direito do consumidor.

EDITAL FDRP Nº 047/2019

ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO DE LIVRE-DOCÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO E DE PROCESSO CIVIL – ÁREA DE DIREITO CIVIL PATRIMONIAL, DA FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

A Vice-Diretora no exercício da Diretoria da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, nos termos do Estatuto e Regimento Geral da Universidade de São Paulo, bem como do Regimento da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, torna público aos interessados que estarão abertas as inscrições ao concurso de Livre-Docência do Departamento de Direito Privado e de Processo Civil – Área de Direito Civil Patrimonial, no período de 06 de JANEIRO a 04 de FEVEREIRO de 2020, 30 (trinta) dias, no horário das 9 às 17 horas, na Assessoria Acadêmica da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, na Av. Bandeirantes, 3900, 2º andar do Bloco D, à Rua Prof. Aymar Baptista Prado, 835, campus USP de Ribeirão Preto.

1. Poderão candidatar-se os portadores do título de doutor, outorgado pela Universidade de São Paulo, por ela reconhecido ou de validade nacional.

2. No ato da inscrição, o candidato deverá instruir seu requerimento com:

a) prova de que é portador do título de doutor, outorgado pela Universidade de São Paulo, por ela reconhecido ou de validade nacional;

b) tese original que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela, em formato digital, nos termos do artigo 165, III do Regimento Geral da Universidade de São Paulo (alterado pela Resolução 7405/2017);

c) memorial circunstanciado e comprovação dos trabalhos publicados, das atividades realizadas pertinentes ao concurso e das demais informações que permitam avaliação de seus méritos, em formato digital, sendo que o material que não puder ser digitalizado deverá ser apresentado até o último dia que antecede o início do concurso. No memorial deverá ser salientado o conjunto de atividades didáticas e as contribuições para o ensino, nos termos do artigo 165, I, IV e parágrafo único do Regimento Geral da Universidade de São Paulo (alterado pela Resolução 7332/2017). Do memorial deve constar a indicação dos títulos obtidos, os trabalhos e demais atividades realizadas após a obtenção do título de doutor;

d) prova de quitação com o serviço militar;

e) título de eleitor;

f) comprovante de votação da última eleição, 1º e 2º turnos;

g) recibo da Tesouraria da Faculdade, referente ao pagamento da taxa de inscrição, nos termos da PORTARIA INTERNA FDRP Nº 17, de 30 de agosto de 2013.

3. Os docentes em exercício na Universidade de São Paulo serão dispensados das exigências referidas nas letras "d", "e" e "f", desde que as tenham cumprido por ocasião do seu contrato.

4. Os candidatos estrangeiros serão dispensados das exigências referidas nas letras "d", "e" e "f".

5. As inscrições serão julgadas pela Congregação, em seu aspecto formal, publicando-se a decisão no Diário Oficial, devendo o concurso ser realizado no prazo máximo de cento e vinte dias, a contar da mencionada publicação, nos termos do artigo 166 e parágrafo único do Regimento Geral da Universidade de São Paulo (alterado pela Resolução 4320/1996).

6. O concurso consistirá das seguintes provas:

a) prova escrita sobre assunto de ordem geral e doutrinária pertinente ao programa adiante referido; esta prova será realizada de acordo com o disposto no artigo 139 e parágrafo único do Regimento Geral da Universidade de São Paulo (peso 2);

b) defesa de tese (peso 3);

c) julgamento do memorial, com prova pública de arguição, a ser realizada em consonância com o art. 171 e parágrafos do Regimento Geral da Universidade de São Paulo (peso 2);

d) prova de avaliação didática, consistente em aula, a nível de pós-graduação, sobre assunto contido no programa adiante referido, a ser realizada em consonância com os arts. 137 e 172 do Regimento Geral da Universidade de São Paulo, bem como os parágrafos 1º e 2º do art. 47 do Regimento da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (peso 3).

7. O programa que servirá de base às provas do concurso é o seguinte:

ÁREA: DIREITO CIVIL PATRIMONIAL

1. Interpretação das normas jurídicas. 2. Teoria dos bens e da relação jurídica. 3. Fato, ato e negócio jurídico. Surgimento e distinção entre as figuras. 4. Negócio jurídico Elementos, requisitos e fatores. 5. Interpretação dos negócios jurídicos. 6. Representação e aparência de representação. 7. Vício da vontade: erro, dolo e coação, lesão, estado de perigo. 8. Vícios sociais: simulação e fraude contra os credores. 9. Cláusulas acessórias do negócio jurídico: condições, termo e encargo. 10. Negócio indireto, negócio fiduciário e fim do negócio jurídico. 11. Ato ilícito e distribuição equitativa de prejuízos. 12. Pagamento no direito das obrigações. 13. Modalidades de extinção das obrigações. 14. Mora. Impossibilidade em sentido estrito. Impossibilidade econômica e impossibilidade alargada. Teoria de alteração de estrutura, vínculo obrigacional. 15. Direito contratual geral. Fundamentos. Sentido e alcance. 16. Função social do contrato e causa. 17. Boa fé objetiva no direito das obrigações e dos contratos. 18. Contratação na sociedade massificada. Contrato de adesão e condições gerais de contrato. 19. Classificação dos contratos. 20. Contratos orientados a transferência da propriedade. 21. Contratos de serviço. 22. Contratos de organização da atividade. 23. Posse. Noções. Elementos, espécies e tutela. 24. Direitos reais e pessoais. 25. Propriedade e suas limitações. 26. Funções sociais da propriedade. 27. Usufruto e seu regime jurídico. 28. Servidões e seu regime jurídico. 29. Condomínio. Novas modalidades condominiais. 30. Espécies de usucapião. Execução de usucapião. Usucapio Libertatis.

EDITAL FDRP Nº 048/2019

ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO DE LIVRE-DOCÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO E DE PROCESSO CIVIL – ÁREA DE DIREITO CIVIL EXISTENCIAL, DA FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

A Vice-Diretora no exercício da Diretoria da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, nos termos do Estatuto e Regimento Geral da Universidade de São Paulo, bem como do Regimento da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, torna público aos interessados que estarão abertas as inscrições ao concurso de Livre-Docência do Departamento de Direito Privado e de Processo Civil – Área de Direito Civil Existencial, no período de 06 de JANEIRO a 04 de FEVEREIRO de 2020, 30 (trinta) dias, no horário das 9 às 17 horas, na Assessoria Acadêmica da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, na Av. Bandeirantes, 3900, 2º andar do Bloco D, à Rua Prof. Aymar Baptista Prado, 835, campus USP de Ribeirão Preto.

1. Poderão candidatar-se os portadores do título de doutor, outorgado pela Universidade de São Paulo, por ela reconhecido ou de validade nacional.

2. No ato da inscrição, o candidato deverá instruir seu requerimento com:

a) prova de que é portador do título de doutor, outorgado pela Universidade de São Paulo, por ela reconhecido ou de validade nacional;

b) tese original que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela, em formato digital, nos termos do artigo 165, III do Regimento Geral da Universidade de São Paulo (alterado pela Resolução 7405/2017);

c) julgamento do memorial, com prova pública de arguição, a ser realizada em consonância com o art. 171 e parágrafos do Regimento Geral da Universidade de São Paulo (peso 2);

d) prova de avaliação didática, consistente em aula, a nível de pós-graduação, sobre assunto contido no programa adiante referido, a ser realizada em consonância com os arts. 137 e 172 do Regimento Geral da Universidade de São Paulo, bem como os parágrafos 1º e 2º do art. 47 do Regimento da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (peso 3).

7. O programa que servirá de base às provas do concurso é o seguinte:

ÁREA: DIREITO CIVIL EXISTENCIAL

1. Pessoa natural: início e fim da personalidade. Aspectos da bioética atinentes ao tema. 2. Pessoa e personalidade. 3. Direitos da personalidade. 4. Estatuto da Pessoa com Deficiência. 5. Pessoa jurídica. Teorias, fundamentos, espécies. 6. Fato, ato e negócio jurídico. Surgimento e distinção entre as figuras. 7. Ato ilícito. Responsabilidade objetiva e subjetiva. Abuso de Direito. 8. Dano Moral. 9. Responsabilidade civil. Fundamentos. Espécies. Figuras. 10. Noção geral de obrigação. Conceito jurídico de obrigação. 11. Modelos de família. Direito das famílias. 12. A afetividade e o direito de família. Direito das Famílias. Casamento. Espécies. Modalidades. Efeitos pessoais e patrimoniais. 14. União estável. Noções gerais. Elementos e efeitos jurídicos pessoais e patrimoniais. Contrato de convivência. Concubinato. 15. Divórcio e outras modalidades de extinção de casamento. 16. Parentesco: conceito, espécies, linhas e contagem de graus. 17. Filiação e sociedade contemporânea. 18. Poder familiar. 19. Adoção. 20. Alimentos: conceito, natureza jurídica, espécies. 21. Abandono afetivo: pressupostos e consequências jurídicas. 22. Reconhecimento voluntário e forçado da paternidade. 23. Bem de família. Histórico, conceitos, espécies. 24. Estatuto do Idoso. 25. Sucessão em geral: momento de transmissão da herança, abertura de sucessão, transmissão da herança. Aceitação e renúncia da herança. 26. Cessão de direitos hereditários. 27. Sucessão legítima. Concorrência sucessória. 28. Sucessão testa-

mentária. 29. Substituições e fideicomisso. 30. Colação. Outros aspectos dos inventários e partilha.

EDITAL FDRP Nº 049/2019

ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO DE LIVRE-DOCÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO E DE PROCESSO CIVIL – ÁREA DE DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL, DA FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

A Vice-Diretora no exercício da Diretoria da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, nos termos do Estatuto e Regimento Geral da Universidade de São Paulo, bem como do Regimento da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, torna público aos interessados que estarão abertas as inscrições ao concurso de Livre-Docência do Departamento de Direito Privado e de Processo Civil – Área de Direito Notarial e Registral, no período de 06 de JANEIRO a 04 de FEVEREIRO de 2020, 30 (trinta) dias, no horário das 9 às 17 horas, na Assessoria Acadêmica da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, na Av. Bandeirantes, 3900, 2º andar do Bloco D, à Rua Prof. Aymar Baptista Prado, 835, campus USP de Ribeirão Preto.

1. Poderão candidatar-se os portadores do título de doutor, outorgado pela Universidade de São Paulo, por ela reconhecido ou de validade nacional.

2. No ato da inscrição, o candidato deverá instruir seu requerimento com:

a) prova de que é portador do título de doutor, outorgado pela Universidade de São Paulo, por ela reconhecido ou de validade nacional;

b) tese original que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela, em formato digital, nos termos do artigo 165, III do Regimento Geral da Universidade de São Paulo (alterado pela Resolução 7405/2017);

c) memorial circunstanciado e comprovação dos trabalhos publicados, das atividades realizadas pertinentes ao concurso e das demais informações que permitam avaliação de seus méritos, em formato digital, sendo que o material que não puder ser digitalizado deverá ser apresentado até o último dia que antecede o início do concurso. No memorial deverá ser salientado o conjunto de atividades didáticas e as contribuições para o ensino, nos termos do artigo 165, I, IV e parágrafo único do Regimento Geral da Universidade de São Paulo (alterado pela Resolução 7332/2017). Do memorial deve constar a indicação dos títulos obtidos, os trabalhos e demais atividades realizadas após a obtenção do título de doutor;

d) prova de quitação com o serviço militar;

e) título de eleitor;

f) comprovante de votação da última eleição, 1º e 2º turnos;

g) recibo da Tesouraria da Faculdade, referente ao pagamento da taxa de inscrição, nos termos da PORTARIA INTERNA FDRP Nº 17, de 30 de agosto de 2013.

3. Os docentes em exercício na Universidade de São Paulo serão dispensados das exigências referidas nas letras "d", "e" e "f", desde que as tenham cumprido por ocasião do seu contrato.

4. Os candidatos estrangeiros serão dispensados das exigências referidas nas letras "d", "e" e "f".

5. As inscrições serão julgadas pela Congregação, em seu aspecto formal, publicando-se a decisão no Diário Oficial, devendo o concurso ser realizado no prazo máximo de cento e vinte dias, a contar da mencionada publicação, nos termos do artigo 166 e parágrafo único do Regimento Geral da Universidade de São Paulo (alterado pela Resolução 4320/1996).

6. O concurso consistirá das seguintes provas:

a) prova escrita sobre assunto de ordem geral e doutrinária pertinente ao programa adiante referido; esta prova será realizada de acordo com o disposto no artigo 139 e parágrafo único do Regimento Geral da Universidade de São Paulo (peso 2);

b) defesa de tese (peso 3);

c) julgamento do memorial, com prova pública de arguição, a ser realizada em consonância com o art. 171 e parágrafos do Regimento Geral da Universidade de São Paulo (peso 2);

d) prova de avaliação didática, consistente em aula, a nível de pós-graduação, sobre assunto contido no programa adiante referido, a ser realizada em consonância com os arts. 137 e 172 do Regimento Geral da Universidade de São Paulo, bem como os parágrafos 1º e 2º do art. 47 do Regimento da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (peso 3).

7. O programa que servirá de base às provas do concurso é o seguinte:

ÁREA: DIREITO CIVIL EXISTENCIAL

1. História e evolução do Direito Notarial. 2. Introdução ao Direito Notarial no ordenamento jurídico brasileiro. 3. O direito notarial em outros países: Portugal, França, Alemanha, Espanha e Argentina. 4. Natureza jurídica do Direito Notarial (público ou privado) e seu diálogo com outros ramos do Direito. 5. Definição e função do Direito Notarial. Características técnicas da função notarial. Fé pública. Publicidade. Autenticidade. 6. Princípios do Direito Notarial. 7. Ingresso na atividade notarial após a CF/88 (delegação). 8. Atribuições e competências dos notários. Atribuições primárias ou protocolares: escritura e ata notarial. Atribuições secundárias ou extraprotocolares: reconhecimento de firma, autenticação de cópias. Incompatibilidades e impedimentos dos notários. 9. Da responsabilidade civil e criminal dos notários. Regime da responsabilidade vicária dos prepostos e autorizados. 10. Documentos eletrônicos e de informática aplicada aos serviços notariais e de registros. Assinatura e certificação digital. 11. Escrituras públicas: aspectos gerais. 12. Escrituras públicas de contratos orientados à transferência de propriedade. 13. Procurações públicas. 14. Ata notarial. 15. Lavratura de testamento, sua revogação e aprovação de testamento cerrado. 16. Ato exclusivo do Tabelião (testamento e abertura e encerramento dos livros). 17. Separação e Divórcio extrajudicial (Lei 11.441/07) e resoluções do CNJ. 18. Inventário e partilha extrajudicial (Lei 11.441/07) e resoluções do CNJ. 19. Tabelionato de Protesto de títulos e outros documentos de dívidas. 20. Inoponibilidade das exceções ao terceiro de boa-fé nos títulos cambiais. 21. Das normas de serviços da Corregedoria Geral de Justiça. O Conselho Superior de Magistratura e as normas do Conselho Nacional de Justiça sobre atividade registral. 22. Introdução e histórico do Direito Registral. 23. O Sistema do Registro no ordenamento jurídico brasileiro. O Direito Registral como microsistema e como unidade normativa. 24. Princípios do Direito Registral. 25. Atribuições e competência dos registradores. Incompatibilidades e impedimentos dos registradores. 26. Efeitos do registro: construtivo, publicidade, declaratório. 27. Registro Civil das Pessoas Naturais. Gratuidade dos serviços aos pobres. Nascimento e óbito. Morte presumida, ausência e registro civil. 28. Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos. 29. Do Registro de Imóveis. O sistema brasileiro do registro predial e suas características. Registro Terras. A matrícula imobiliária e suas características. Princípios do Registro de Imóveis. 30. Incorporação e loteamento de imóveis.

1. História e evolução do Direito Notarial. 2. Introdução ao Direito Notarial no ordenamento jurídico brasileiro. 3. O direito notarial em outros países: Portugal, França, Alemanha, Espanha e Argentina. 4. Natureza jurídica do Direito Notarial (público ou privado) e seu diálogo com outros ramos do Direito. 5. Definição e função do Direito Notarial. Características técnicas da função notarial. Fé pública. Publicidade. Autenticidade. 6. Princípios do Direito Notarial. 7. Ingresso na atividade notarial após a CF/88 (delegação). 8. Atribuições e competências dos notários. Atribuições primárias ou protocolares: escritura e ata notarial. Atribuições secundárias ou extraprotocolares: reconhecimento de firma, autenticação de cópias. Incompatibilidades e impedimentos dos notários. 9. Da responsabilidade civil e criminal dos notários. Regime da responsabilidade vicária dos prepostos e autorizados. 10. Documentos eletrônicos e de informática aplicada aos serviços notariais e de registros. Assinatura e certificação digital. 11. Escrituras públicas: aspectos gerais. 12. Escrituras públicas de contratos orientados à transferência de propriedade. 13. Procurações públicas. 14. Ata notarial. 15. Lavratura de testamento, sua revogação e aprovação de testamento cerrado. 16. Ato exclusivo do Tabelião (testamento e abertura e encerramento dos livros). 17. Separação e Divórcio extrajudicial (Lei 11.441/07) e resoluções do CNJ. 18. Inventário e partilha extrajudicial (Lei 11.441/07) e resoluções do CNJ. 19. Tabelionato de Protesto de títulos e outros documentos de dívidas. 20. Inoponibilidade das exceções ao terceiro de boa-fé nos títulos cambiais. 21. Das normas de serviços da Corregedoria Geral de Justiça. O Conselho Superior de Magistratura e as normas do Conselho Nacional de Justiça sobre atividade registral. 22. Introdução e histórico do Direito Registral. 23. O Sistema do Registro no ordenamento jurídico brasileiro. O Direito Registral como microsistema e como unidade normativa. 24. Princípios do Direito Registral. 25. Atribuições e competência dos registradores. Incompatibilidades e impedimentos dos registradores. 26. Efeitos do registro: construtivo, publicidade, declaratório. 27. Registro Civil das Pessoas Naturais. Gratuidade dos serviços aos pobres. Nascimento e óbito. Morte presumida, ausência e registro civil. 28. Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos. 29. Do Registro de Imóveis. O sistema brasileiro do registro predial e suas características. Registro Terras. A matrícula imobiliária e suas características. Princípios do Registro de Imóveis. 30. Incorporação e loteamento de imóveis.

1. História e evolução do Direito Notarial. 2. Introdução ao Direito Notarial no ordenamento jurídico brasileiro. 3. O direito notarial em outros países: Portugal, França, Alemanha, Espanha e Argentina. 4. Natureza jurídica do Direito Notarial (público ou privado) e seu diálogo com outros ramos do Direito. 5. Definição e função do Direito Notarial. Características técnicas da função notarial. Fé pública. Publicidade. Autenticidade. 6. Princípios do Direito Notarial. 7. Ingresso na atividade notarial após a CF/88 (delegação). 8. Atribuições e competências dos notários. Atribuições primárias ou protocolares: escritura e ata notarial. Atribuições secundárias ou extraprotocolares: reconhecimento de firma, autenticação de cópias. Incompatibilidades e impedimentos dos notários. 9. Da responsabilidade civil e criminal dos notários. Regime da responsabilidade vicária dos prepostos e autorizados. 10. Documentos eletrônicos e de informática aplicada aos serviços notariais e de registros. Assinatura e certificação digital. 11. Escrituras públicas: aspectos gerais. 12. Escrituras públicas de contratos orientados à transferência de propriedade. 13. Procurações públicas. 14. Ata notarial. 15. Lavratura de testamento, sua revogação e aprovação de testamento cerrado. 16. Ato exclusivo do Tabelião (testamento e abertura e encerramento dos livros). 17. Separação e Divórcio extrajudicial (Lei 11.441/07) e resoluções do CNJ. 18. Inventário e partilha extrajudicial (Lei 11.441/07) e resoluções do CNJ. 19. Tabelionato de Protesto de títulos e outros documentos de dívidas. 20. Inoponibilidade das exceções ao terceiro de boa-fé nos títulos cambiais. 21. Das normas de serviços da Corregedoria Geral de Justiça. O Conselho Superior de Magistratura e as normas do Conselho Nacional de Justiça sobre atividade registral. 22. Introdução e histórico do Direito Registral. 23. O Sistema do Registro no ordenamento jurídico brasileiro. O Direito Registral como microsistema e como unidade normativa. 24. Princípios do Direito Registral. 25. Atribuições e competência dos registradores. Incompatibilidades e impedimentos dos registradores. 26. Efeitos do registro: construtivo, publicidade, declaratório. 27. Registro Civil das Pessoas Naturais. Gratuidade dos serviços aos pobres. Nascimento e óbito. Morte presumida, ausência e registro civil. 28. Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos. 29. Do Registro de Imóveis. O sistema brasileiro do registro predial e suas características. Registro Terras. A matrícula imobiliária e suas características. Princípios do Registro de Imóveis. 30. Incorporação e loteamento de imóveis.

1. História e evolução do Direito Notarial. 2. Introdução ao Direito Notarial no ordenamento jurídico brasileiro. 3. O direito notarial em outros países: Portugal, França, Alemanha, Espanha e Argentina. 4. Natureza jurídica do Direito Notarial (público ou privado) e seu diálogo com outros ramos do Direito. 5. Definição e função do Direito Notarial. Características técnicas da função notarial. Fé pública. Publicidade. Autenticidade. 6. Princípios do Direito Notarial. 7. Ingresso na atividade notarial após a CF/88 (delegação). 8. Atribuições e competências dos notários. Atribuições primárias ou protocolares: escritura e ata notarial. Atribuições secundárias ou extraprotocolares: reconhecimento de firma, autenticação de cópias. Incompatibilidades e impedimentos dos notários. 9. Da responsabilidade civil e criminal dos notários. Regime da responsabilidade vicária dos prepostos e autorizados. 10. Documentos eletrônicos e de informática aplicada aos serviços notariais e de registros. Assinatura e certificação digital. 11. Escrituras públicas: aspectos gerais. 12. Escrituras públicas de contratos orientados à transferência de propriedade. 13. Procurações públicas. 14. Ata notarial. 15. Lavratura de testamento, sua revogação e aprovação de testamento cerrado. 16. Ato exclusivo do Tabelião (testamento e abertura e encerramento dos livros). 17. Separação e Divórcio extrajudicial (Lei 11.441/07) e resoluções do CNJ. 18. Inventário e partilha extrajudicial (Lei 11.441/07) e resoluções do CNJ. 19. Tabelionato de Protesto de títulos e outros documentos de dívidas. 20. Inoponibilidade das exceções ao terceiro de boa-fé nos títulos cambiais. 21. Das normas de serviços da Corregedoria Geral de Justiça. O Conselho Superior de Magistratura e as normas do Conselho Nacional de Justiça sobre atividade registral. 22. Introdução e histórico do Direito Registral. 23. O Sistema do Registro no ordenamento jurídico brasileiro. O Direito Registral como microsistema e como unidade normativa. 24. Princípios do Direito Registral. 25. Atribuições e competência dos registradores. Incompatibilidades e impedimentos dos registradores. 26. Efeitos do registro: construtivo, publicidade, declaratório. 27. Registro Civil das Pessoas Naturais. Gratuidade dos serviços aos pobres. Nascimento e óbito. Morte presumida, ausência e registro civil. 28. Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos. 29. Do Registro de Imóveis. O sistema brasileiro do registro predial e suas características. Registro Terras. A matrícula imobiliária e suas características. Princípios do Registro de Imóveis. 30. Incorporação e loteamento de imóveis.

1. História e evolução do Direito Notarial. 2. Introdução ao Direito Notarial no ordenamento jurídico brasileiro. 3. O direito notarial em outros países: Portugal, França, Alemanha, Espanha e Argentina. 4. Natureza jurídica do Direito Notarial (público ou privado) e seu diálogo com outros ramos do Direito. 5. Definição e função do Direito Notarial. Características técnicas da função notarial. Fé pública. Publicidade. Autenticidade. 6. Princípios do Direito Notarial. 7. Ingresso na atividade notarial após a CF/88 (delegação). 8. Atribuições e competências dos notários. Atribuições primárias ou protocolares: escritura e ata notarial. Atribuições secundárias ou extraprotocolares: reconhecimento de firma, autenticação de cópias. Incompatibilidades e impedimentos dos notários. 9. Da responsabilidade civil e criminal dos notários. Regime da responsabilidade vicária dos prepostos e autorizados. 10. Documentos eletrônicos e de informática aplicada aos serviços notariais e de registros. Assinatura e certificação digital. 11. Escrituras públicas: aspectos gerais. 12. Escrituras públicas de contratos orientados à transferência de propriedade. 13. Procurações públicas. 14. Ata notarial. 15. Lavratura de testamento, sua revogação e aprovação de testamento cerrado. 16. Ato exclusivo do Tabelião (testamento e abertura e encerramento dos livros). 17. Separação e Divórcio extrajudicial (Lei 11.441/07) e resoluções do CNJ. 18. Inventário e partilha extrajudicial (Lei 11.441/07) e resoluções do CNJ. 19. Tabelionato de Protesto de títulos e outros documentos de dívidas. 20. Inoponibilidade das exceções ao terceiro de boa-fé nos títulos cambiais. 21. Das normas de serviços da Corregedoria Geral de Justiça. O Conselho Superior de Magistratura e as normas do Conselho Nacional de Justiça sobre atividade registral. 22. Introdução e histórico do Direito Registral. 23. O Sistema do Registro no ordenamento jurídico brasileiro. O Direito Registral como microsistema e como unidade normativa. 24. Princípios do Direito Registral. 25. Atribuições e competência dos registradores. Incompatibilidades e impedimentos dos registradores. 26. Efeitos do registro: construtivo, publicidade, declaratório. 27. Registro Civil das Pessoas Naturais. Gratuidade dos serviços aos pobres. Nascimento e óbito. Morte presumida, ausência e registro civil. 28. Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos. 29. Do Registro de Imóveis. O sistema brasileiro do registro predial e suas características. Registro Terras. A matrícula imobiliária e suas características. Princípios do Registro de Imóveis. 30. Incorporação e loteamento de imóveis.

1. História e evolução do Direito Notarial. 2. Introdução ao Direito Notarial no ordenamento jurídico brasileiro. 3. O direito notarial em outros países: Portugal, França, Alemanha, Espanha e Argentina. 4. Natureza jurídica do Direito Notarial (público ou privado) e seu diálogo com outros ramos do Direito. 5. Definição e função do Direito Notarial. Características técnicas da função notarial. Fé pública. Publicidade. Autenticidade. 6. Princípios do Direito Notarial. 7. Ingresso na atividade notarial após a CF/88 (delegação). 8. Atribuições e competências dos notários. Atribuições primárias ou protocolares: escritura e ata notarial. Atribuições secundárias ou extraprotocolares: reconhecimento de firma, autenticação de cópias. Incompatibilidades e impedimentos dos notários. 9. Da responsabilidade civil e criminal dos notários. Regime da responsabilidade vicária dos prepostos e autorizados. 10. Documentos eletrônicos e de informática aplicada aos serviços notariais e de registros. Assinatura e certificação digital. 11. Escrituras públicas: aspectos gerais. 12. Escrituras públicas de contratos orientados à transferência de propriedade. 13. Procurações públicas. 14. Ata notarial. 15. Lavratura de testamento, sua revogação e aprovação de testamento cerrado. 16. Ato exclusivo do Tabelião (testamento e abertura e encerramento dos livros). 17. Separação e Divórcio extrajudicial (Lei 11.441/07) e resoluções do CNJ. 18. Inventário e partilha extrajudicial (Lei 11.441/07) e resoluções do CNJ. 19. Tabelionato de Protesto de títulos e outros documentos de dívidas. 20. Inoponibilidade das exceções ao terceiro de boa-fé nos títulos cambiais. 21. Das normas de serviços da Corregedoria Geral de Justiça. O Conselho Superior de Magistratura e as normas do Conselho Nacional de Justiça sobre atividade registral. 22. Introdução e histórico do Direito Registral. 23. O Sistema do Registro no ordenamento jurídico brasileiro. O Direito Registral como microsistema e como unidade normativa. 24. Princípios do Direito Registral. 25. Atribuições e competência dos registradores. Incompatibilidades e impedimentos dos registradores. 26. Efeitos do registro: construtivo, publicidade, declaratório. 27. Registro Civil das Pessoas Naturais. Gratuidade dos serviços aos pobres. Nascimento e óbito. Morte presumida, ausência e registro civil. 28. Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos. 29. Do Registro de Imóveis. O sistema brasileiro do registro predial e suas características. Registro Terras. A matrícula imobiliária e suas características. Princípios do Registro de Imóveis. 30. Incorporação e loteamento de imóveis.

1. História e evolução do Direito Notarial. 2. Introdução ao Direito Notarial no ordenamento jurídico brasileiro. 3. O direito notarial em outros países: Portugal, França, Alemanha, Espanha e Argentina. 4. Natureza jurídica do Direito Notarial (público ou privado) e seu diálogo com outros ramos do Direito. 5. Definição e função do Direito Notarial. Características técnicas da função notarial. Fé pública. Publicidade. Autenticidade. 6. Princípios do Direito Notarial. 7. Ingresso na atividade notarial após a CF/88 (delegação). 8. Atribuições e competências dos notários. Atribuições primárias ou protocolares: escritura e ata notarial. Atribuições secundárias ou extraprotocolares: reconhecimento de firma, autenticação de cópias. Incompatibilidades e impedimentos dos notários. 9. Da responsabilidade civil e criminal dos notários. Regime da responsabilidade vicária dos prepostos e autorizados. 10. Documentos eletrônicos e de informática aplicada aos serviços notariais e de registros. Assinatura e certificação digital. 11. Escrituras públicas: aspectos gerais. 12. Escrituras públicas de contratos orientados à transferência de propriedade. 13. Procurações públicas. 14. Ata notarial. 15. Lavratura de testamento, sua revogação e aprovação de testamento cerrado. 16. Ato exclusivo do Tabelião (testamento e abertura e encerramento dos livros). 17. Separação e Divórcio extrajudicial (Lei 11.441/07) e resoluções do CNJ. 18. Inventário e partilha extrajudicial (Lei 11.441/07) e resoluções do CNJ. 19. Tabelionato de Protesto de títulos e outros documentos de dívidas. 20. Inoponibilidade das exceções ao terceiro de boa-fé nos títulos cambiais. 21. Das normas de serviços da Corregedoria Geral de Justiça. O Conselho Superior de Magistratura e as normas do Conselho Nacional de Justiça sobre atividade registral. 22. Introdução e histórico do Direito Registral. 23. O Sistema do Registro no ordenamento jurídico brasileiro. O Direito Registral como microsistema e como unidade normativa. 24. Princípios do Direito Registral. 25. Atribuições e competência dos registradores. Incompatibilidades e impedimentos dos registradores. 26. Efeitos do registro: construtivo, publicidade, declaratório. 27. Registro Civil das Pessoas Naturais. Gratuidade dos serviços aos pobres. Nascimento e óbito. Morte presumida, ausência e registro civil. 28. Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos. 29. Do Registro de Imóveis. O sistema brasileiro do registro predial e suas características. Registro Terras. A matrícula imobiliária e suas características. Princípios do Registro de Imóveis. 30. Incorporação e loteamento de imóveis.

1. História e evolução do Direito Notarial. 2. Introdução ao Direito Notarial no ordenamento jurídico brasileiro. 3. O direito notarial em outros países: Portugal, França, Alemanha, Espanha e Argentina. 4. Natureza jurídica do Direito Notarial (público ou privado) e seu diálogo com outros ramos do Direito. 5. Definição e função do Direito Notarial. Características técnicas da função notarial. Fé pública. Publicidade. Autenticidade. 6. Princípios do Direito Notarial. 7. Ingresso na atividade notarial após a CF/88 (delegação). 8. Atribuições e competências dos notários. Atribuições primárias ou protocolares: escritura e ata notarial. Atribuições secundárias ou extraprotocolares: reconhecimento de firma, autent

